

# Pós-Graduação em Agronegócios no Brasil: situação atual e perspectivas

Rúbia Nara Rinaldi<sup>1</sup>

Mário Otávio Batalha<sup>2</sup>

Thais Lacava de Moura<sup>3</sup>

## Resumo

As transformações ocorridas na economia nacional e mundial têm colocado novas e importantes questões às empresas participantes do sistema agroindustrial. Entre estas se destaca a necessidade de contar com profissionais qualificados e familiarizados com a problemática que envolve o funcionamento do sistema agroindustrial. Parece consenso entre os estudiosos da área que recursos humanos qualificados estão entre os fatores críticos de sucesso deste setor. Buscando atender a essa demanda do agronegócio nacional, as instituições de ensino superior brasileiras têm multiplicado o número de cursos de graduação e pós-graduação que objetivam a formação desses profissionais. Este artigo tem como objetivo realizar uma reflexão crítica sobre o ensino superior no Brasil na área de Agronegócios, mais especificamente sobre as questões que envolvem a pós-graduação *stricto sensu* e a característica multidisciplinar que caracteriza esta área.

**Palavras-chave:** Agronegócios. Recursos Humanos. Pós-Graduação.

**Graduate study in Agribusiness in Brazil: the current situation and perspectives**

## Abstract

The transformations in the national and worldwide economy have added new and important issues with which agri-food companies must deal. In this respect, it is important to have qualified professionals, familiar with the problems associated with the operation of the agri-industrial system. Specialists in the area seem to concur that qualified human resources are among the factors that are critical for the success of this sector. In an effort to meet the demand, Brazilian higher education institutions have been expanding the number of programs that aim to

<sup>1</sup> Doutoranda em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professora Adjunta da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Campus Toledo. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais (Gepai). Rua General Daltro Filho, 1.548, Vila Industrial – Toledo-PR. CEP: 85904-240. rubia@dep.ufscar.br

<sup>2</sup> Doutor em Engenharia de Sistemas Industriais pelo Institut National Polytechnique de Lorraine, França. Professor Adjunto da UFSCar, Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, Departamento de Engenharia de Produção (DEP). Coordenador do Gepai. dmob@power.ufscar.br

<sup>3</sup> Mestra em Engenharia de Produção pela UFSCar. Pesquisadora do Gepai (DEP). thalmoura@gmail.com

graduate these professionals. This article critically reflects on Brazilian higher education in the agribusiness area and, more specifically, on issues involving the graduate programs and the multidisciplinary character of this field.

**Keywords:** Agribusiness. Human Resources. Post Graduation.

## Introdução

A importância do agronegócio para a economia nacional e as mudanças que ele vem atravessando, nos âmbitos nacional e internacional, têm alimentado uma demanda por profissionais diferenciados dos habitualmente formados pelos cursos tradicionais da área de Ciências Agrárias. As Instituições de Ensino Superior (IES), especialmente as de capital privado, têm se mostrado muito ágeis para identificar essas demandas da sociedade e criar cursos que as supram. Esse movimento, embora mais recente no Brasil, também pode ser observado em outros países.

O aumento no número de cursos de graduação e pós-graduação voltados para a problemática rural e agroindustrial está sendo acompanhado do surgimento de várias formações que fogem da classificação tradicional dos cursos da área de Ciências Agrárias (Agronomia, Veterinária, Zootecnia etc.). Entre esses novos cursos, destacam-se aqueles da área de Agronegócios. No ensino de graduação, o aumento da oferta de cursos foi muito grande. Existem atualmente cerca de cem cursos de graduação com ênfase em Agronegócios registrados no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep, 2006). Entre outras conseqüências, esse aumento dos cursos de graduação criou um considerável mercado profissional para professores e pesquisadores que atuam na área. O aumento expressivo no número de instituições de ensino, públicas e privadas, que têm investido no ensino de graduação em Agronegócios faz com que elas encontrem dificuldades para atrair e reter professores e pesquisadores formados em Agronegócios e que sejam capazes de ministrar cursos na área.

De forma menos intensa, o movimento ocorrido na graduação também foi observado na pós-graduação (*lato e stricto sensu*), com vários cursos que foram e estão sendo criados no Brasil. As peculiaridades que caracterizam esses cursos têm feito com que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) os classifique na área multidisciplinar. Como esses cursos são relativamente novos no cenário da pós-graduação brasileira, é oportuno discutir suas características.

Assim, este artigo tem como objetivo fazer reflexões sobre como os cursos de Agronegócios estão evoluindo e, principalmente, como eles deveriam ser enquadrados dentro da estrutura de avaliação e classificação da Capes.

## 2 O Agronegócio e a demanda por novos profissionais

O novo cenário mundial, no qual se sobressai a diversificação de mercado e a diferenciação de produtos, com os objetivos de atender ao consumidor e gerar vantagens competitivas para as empresas, levam-nas a procurarem profissionais com novas habilidades e competências para gerir os seus negócios.

As propostas para a obtenção de vantagem competitiva sustentável parecem caminhar em uma mesma direção: gestão estratégica de recursos humanos, gestão de competências, acumulação do saber e gestão do capital intelectual.

Percebe-se, nessas proposições, a ênfase nas pessoas como recurso determinante do sucesso organizacional, uma vez que a busca pela competitividade impõe às empresas a necessidade de contar com profissionais capacitados, aptos a fazerem frente às ameaças e oportunidades do mercado (BRANDÃO; GUIMARÃES, 2001). As pessoas com capacidade de aprendizado e que conseguem transferi-lo a outras pessoas são cada vez mais valorizadas como profissionais.

Na definição das características relevantes a um profissional apto a atuar dentro do atual mercado de trabalho, competências, habilidades, atitudes, atributos, dentre outras nomenclaturas, são questões críticas, apontadas por diversos autores que objetivam definir tais características.

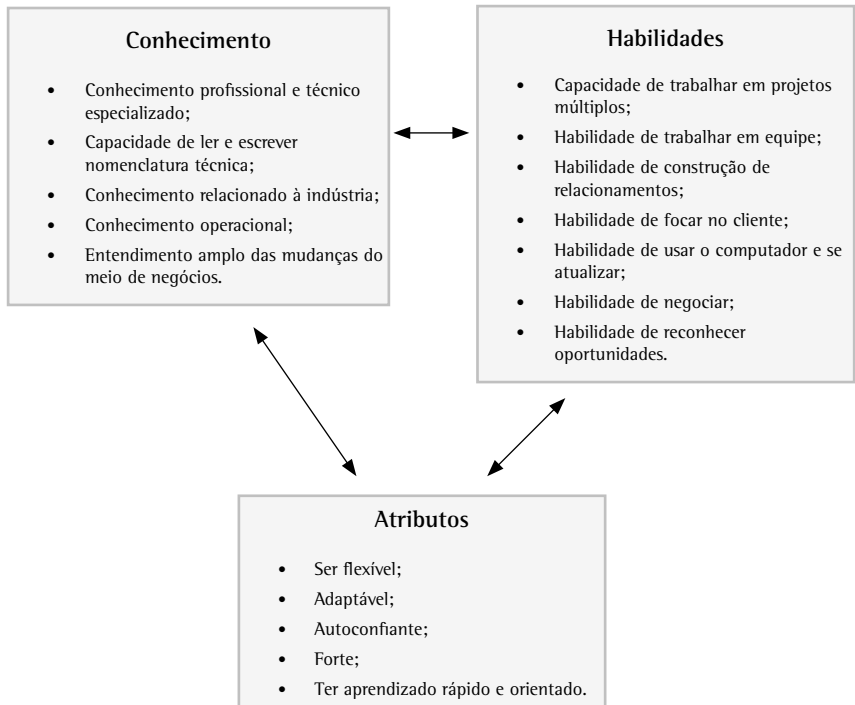
As habilidades são vistas como a capacidade de saber fazer ou desempenhar funções, e estão intimamente ligadas às atitudes e competências. Para Batalha et al. (2000), o termo *habilidade* pode ser interpretado como a capacitação para efetuar determinada tarefa, referindo-se ao domínio de conhecimento sobre determinado assunto.

Já para Whetten e Cameron (2002), as habilidades formam um veículo por meio do qual estratégias, práticas administrativas, técnicas, atributos pessoais e estilo de trabalhar produzem resultados efetivos nas organizações. Para eles, existem três conjuntos de habilidades: 1) *pessoais* (desenvolvimento de autoconsciência, lidar com o estresse e resolução criativa de problemas); 2) *interpessoais* (habilidade de comunicação, influência, gestão de conflitos e motivação dos empregados); e 3) *de grupos* (habilidade de trabalhar em grupos, delegar funções e construir relacionamentos).

Com relação ao conceito de competência, numa definição geral, ela pode ser entendida como sendo a soma dos conhecimentos, habilidades e atitudes dos indivíduos adequados aos fins organizacionais. Man, Lau e Chan (2002) afirmam que competência é construída pelos conhecimentos necessários, habilidades e atributos pessoais necessários para o trabalho. Definição parecida tem Ruas (1999), ao observar que a competência é uma forma de repensar as interações entre pessoas, seus saberes e capacidades, e organizações e suas demandas.

Observa-se assim que competências não se referem apenas ao conjunto de qualificações que o indivíduo possui, mas também, à forma como estas são colocadas em prática.

Existe uma vasta literatura na área, apresentando vários elementos que seriam pré-requisitos importantes ao se avaliar um profissional bem preparado para o mercado. Um modelo interessante é aquele discutido por McGregor, Tweed e Pech (2004), que interliga conhecimentos, habilidades e atributos requeridos pelas organizações na “nova economia” (ver Figura 1).



**Figura 1.** Modelo de competências requeridas pelas organizações na “nova economia”

Fonte: Adaptado de McGregor, Tweed e Pech, (2004).

Neste modelo, os autores ressaltam características que, segundo eles, são extremamente mutáveis, seja na perspectiva das organizações, seja na perspectiva dos empregados. O modelo é desenhado como um contínuo de variáveis que aceitam a natureza dinâmica do trabalho. A “nova economia” é colocada pelos autores como a economia do conhecimento, em que o capital humano – destacando seu papel na vantagem competitiva dos negócios – é reconhecido e valorizado como fator ativo de competitividade. Para McGregor, Tweed e Pech (2004), o capital humano engloba tanto os recursos humanos de uma forma

ampla (o mercado de trabalho), como as exigências mais específicas das competências individuais, na forma de conhecimento, habilidades e atributos dos administradores e das pessoas que eles gerenciam.

No Brasil, Oderich e Lopes (2001), baseados em uma pesquisa realizada com 136 executivos de empresas em quatro Estados diferentes (SP, PR, SC e RS), apontam que os principais atributos para um executivo atuar num mercado globalizado são a integridade, a visão estratégica, a capacidade de liderança, a visão da empresa, a capacidade de decisão, o foco no resultado, a ética no trato de questões profissionais e sociais, a capacidade de negociação, dentre outros atributos mencionados como relevantes para os profissionais do mercado de trabalho atual.

Ao tratar especificamente de Agronegócios, Prado (1999) destaca que esse mercado exigirá profissionais com algumas características específicas, dentre as quais se ressaltam:

- a) domínio de informática, para que possa operar com eficiência as inovações tecnológicas oriundas da agricultura de precisão e da automação industrial;
- b) domínio de idiomas, para ter acesso às novas tecnologias e pela necessidade de negociação advinda da globalização da economia;
- c) capacidade de “desaprender”, esquecer antigos conceitos e velhas tecnologias, para que esses espaços possam ser preenchidos com conceitos modernos de gestão e novas tecnologias;
- d) visão sistêmica, que possibilite o domínio do negócio e o conhecimento da “anatomia” dos resultados;
- e) empreendedorismo, visto que as empresas estão demandando profissionais dinâmicos, que criem novos empreendimentos e alavanquem o crescimento da companhia;
- f) liderança, pois a presença de líderes agregadores e dinâmicos nas empresas motivam equipes de trabalho e desenvolvem um espírito colaborativo;
- g) comunicação, para que possa expressar claramente suas opiniões e propósitos;
- h) criatividade, já que as empresas precisam de profissionais que tenham capacidade de desenvolver soluções simples e rápidas, além de criar novos rumos e alternativas em prol da companhia; e
- i) versatilidade, para se adaptar rapidamente aos diferentes cenários que se apresentam no ambiente agroindustrial.

Wedekin e Castro (2002) estudando este assunto, afirmam que o aumento da competitividade do Agronegócio depende de empresas competitivas, cadeias produtivas e *agrilusters* competitivos, localizações competitivas, mas, principalmente, de pessoas competitivas. Para os autores, é o elemento humano que faz a diferença, ou seja, é ele que vai definir as políticas, que vai tornar as organizações eficientes, que tem a capacidade de realizar um desenvolvimento efetivamente sustentável.

Alerta-se, porém, que uma das formas mais eficientes de se ter capital humano qualificado é ofertando um ensino de qualidade. Nesse sentido, destaca-se que, para formar um profissional com as características apontadas como relevantes pelos autores, os professores dos cursos de Agronegócio devem dominar conhecimentos não somente nas áreas genéricas tais como gestão, economia, métodos quantitativos, dentre outros, mas principalmente situá-los dentro da perspectiva das peculiaridades que particularizam os sistemas agroindustriais.

## O ensino superior em Agronegócios no Brasil e no mundo

Há alguns anos, a capacitação dos profissionais que atuam em Agronegócios tem freqüentado mais assiduamente a agenda de educadores, empresários e políticos de diversos países. Austrália, Nova Zelândia, Europa, Estados Unidos e Brasil estão entre eles. Nos EUA, o impulso inicial veio da Associação Americana de Economia Agrícola, que, principalmente a partir de 1984, tem encorajado a melhoria da educação na área de Agronegócios.

De acordo com Willet (1998), lidar com os problemas do ensino superior em agricultura requer uma atenção especial. A complexidade do agronegócio, a difícil tarefa de integrar muitas disciplinas científicas, econômicas, sociais e práticas de uma forma holística, exigem uma ênfase especial no ensino voltado para a resolução de problemas. A importância estratégica e econômica ligada às questões da segurança alimentar nacional e da balança comercial externa acentuam a importância de recursos humanos adequadamente formados para o setor.

Uma das pesquisas mais importantes para a área de ensino em Agronegócios foi desenvolvida por Vernon Schneider e Kerry Litzenberg em 1987. Contratada pelo governo americano e intitulada de “*Agribusiness management aptitude and skill survey*”, a pesquisa objetivou identificar as principais habilidades e conhecimentos que estavam sendo valorizados pelos empregadores do agronegócio norte-americano. Segundo Litzenberg e Schneider (1988), esse trabalho teve aplicação similar na Austrália, e objetivava identificar as características evidenciadas pelos empregadores australianos, que pudessem dar embasamento à construção dos currículos dos programas de Agronegócios naquele país.

As pesquisas com os empregadores americanos e australianos identificaram as habilidades interpessoais e de comunicação como indispensáveis

aos profissionais do Agronegócio. Por outro lado, o nível de importância das habilidades e competências técnicas, bem como da experiência profissional, variou bastante segundo o segmento empresarial avaliado. Ambos os estudos identificaram esta situação.

Mais tarde, Larson (1996) desenvolveu um estudo sobre as transformações que ocorreram em 43 cursos de graduação em Agronegócios nos EUA. A pesquisa desenvolveu-se a partir de um estudo comparativo dos currículos dos cursos, sendo que as análises foram realizadas segundo seis áreas do conhecimento contempladas nos currículos desses cursos. As áreas pesquisadas foram: Matemática, Estatística e Computação; Comunicação Oral e Escrita; Humanidades, Ciências Sociais e Conhecimento Internacional; Economia Agrícola, Economia e Negócios; Técnicas Agrícolas e Recursos Naturais e Ciências. De forma geral, o autor concluiu que as principais mudanças relacionavam-se ao aumento da participação das disciplinas do grupo de Economia Agrícola e Economia e Negócios na estrutura curricular dos cursos analisados. Também houve expansão das disciplinas de Habilidades de Comunicação e no Treinamento e Gestão dos Negócios Agroindustriais. Para o conjunto dos cursos, o estudo apontou um decréscimo nas horas de ensino de disciplinas relacionadas a técnicas agrícolas e pecuárias.

Larson (1996) observou também que, ao entrevistar empregadores do Agronegócio e alunos formados, estes sugeriram maior ênfase nas habilidades comunicativas e de negócios como um todo. Contudo, para o autor, a expansão da oferta de disciplinas nessa área foi muito pequena. O estudo aponta que os programas de ensino poderiam ofertar cursos complementares de comunicação e gestão para melhorar as habilidades dos estudantes dos cursos de Economia Agrícola existentes.

Em 2001, Douglas Loh divulgou um estudo sobre os novos paradigmas dos MBAs em Agronegócios nos EUA. Para Loh, em economias em desenvolvimento e em economias desenvolvidas, o Agronegócio se depara com grandes mudanças em aspectos como a tecnologia, meio ambiente, recursos, finanças, *marketing* e segurança dos alimentos.

Tradicionalmente, eram chamados especialistas em cada uma dessas áreas para se analisar e propor soluções para problemas específicos dos sistemas agroindustriais de produção. Todavia, hoje esta já não é uma boa prática, pois essas áreas se entrelaçam, sendo necessário que sejam trabalhadas de maneira integrada. Assim, para possibilitar um planejamento, tomada de decisões e resoluções de problemas de forma integrada, o Agronegócio precisa readaptar seu capital humano, sendo que uma das formas seria desenvolvendo novos programas de ensino superior em administração de Agronegócios.

Diversos autores discutem as características desses cursos, suas especificidades e objetivos. Para Loh (2001), os programas de formação em Agronegócio deveriam contemplar os seguintes aspectos:

- a) promover currículos interdisciplinares, em que os estudantes compreendam a importância de se resolver problemas por meio da combinação de uma variedade de disciplinas;
- b) introduzir novas disciplinas aos cursos, tais como administração da qualidade, administração da tecnologia de informação e desenvolvimento de liderança;
- c) oferecer disciplinas, mesmo que optativas, que forneçam ferramentas para avaliar os impactos da globalização e do comércio internacional para a competitividade das empresas;
- d) aumentar a diversidade dos estudantes e promover uma maior integração entre estudantes de diversos departamentos, com pontos de vista e formação diferenciados;
- e) promover em sala de aula o mesmo ambiente de trabalho em equipe que os estudantes encontrarão depois da graduação (trabalho em equipe, resolução de conflitos o que eleva o moral, aumenta a responsabilidade, etc.);
- f) promover um ambiente de aprendizado rico, com maior diversidade de métodos de ensino, como leituras, estudos de caso, simulações, consultorias, etc.;
- g) introduzir novas tecnologias no ensino, tais como o ensino a distância, CDs interativos, aquisição de dados em tempo real, etc.;
- h) colocar os estudantes em contato com projetos corporativos, fazendo com que entrevistem empresas, façam relatórios e apresentem sugestões às empresas, proporcionando assim maior experiência prática;
- i) promover alianças estratégicas entre escolas, empresas e outros parceiros, o que proporcionaria acesso a novos mercados, novas tecnologias, etc.; e
- j) as instituições de ensino deveriam trabalhar com o foco no cliente, tornando os procedimentos de admissão mais eficientes, proporcionando educação e treinamento o mais próximo possível das necessidades do mercado de trabalho.

Outra contribuição relevante sobre o assunto é dada por Singh et al. (2000). Para esses autores, as escolas e universidades dos EUA e do mundo todo estão sendo cobradas a matricular mais alunos, formá-los mais rapidamente, educá-los melhor, torná-los mais empregáveis, e a fazer isso com menos recursos. Entretanto, para eles, embora se perceba um crescente aumento na abertura de cursos nessa área, vários estudos têm relatado sérias deficiências na formação dos graduados em Agronegócios. Dentre as deficiências, são apontadas situações em que alguns professores e coordenadores de curso acreditam que adicionando algumas matérias



de gerenciamento a um currículo técnico de agricultura, por exemplo, terão um currículo de Agronegócios. Casos mais graves, porém, para os autores, são os de institutos de ensino superior que trocam o nome dos cursos para agronegócios ou acrescentam o termo no nome do curso para aumentar o número de matrículas. Conforme Batalha et al. (2005), essa situação também é largamente encontrada no Brasil.

Da mesma forma, Boland, Lehman e Stroade (2001) destacam algumas deficiências que podem ser observadas em cursos da área de Agronegócios. Para eles, muitos currículos ainda são inadequados, pois não contemplam as dimensões globais e internacionais da agricultura. Além disso, suas disciplinas de Estratégia, Direito Empresarial ou Agrícola e Recursos Humanos, por exemplo, não consideram as especificidades do setor agroindustrial.

Já Zinser (2003) volta seu interesse para outra direção. Segundo ele, as empresas necessitam de empregados mais bem formados em habilidades acadêmicas, técnicas e sociais, para lidar com uma demanda de tecnologias em mudança, com a competitividade global e com o aumento da diversidade social. Para o autor, uma das melhores formas de melhorar o desempenho dos alunos seria melhorando a capacitação dos professores. O novo ambiente de negócios criou uma demanda por professores com novas capacidades, tais como: ter conhecimento claro das competências profissionais e das habilidades que levam ao aumento da empregabilidade, contextualizar o conhecimento transmitido, estimular a colaboração com outros departamentos e a integração com empresas.

Outro autor que discute amplamente as inovações dos currículos em agronegócios é Wals (2005). Segundo ele, os estudantes hoje, independentemente do tipo ou nível de educação que sigam, se deparam com um mundo cheio de controvérsia e já são obrigados a fazer julgamentos, fazer escolhas e tomar decisões que afetarão suas próprias vidas, de sua família e da sociedade. Portanto, a educação em Agronegócios deveria envolver questões sociais, incluindo questões ambientais, para dar aos estudantes experiência e, ao mesmo tempo, ajudá-los a desenvolver um pensamento crítico em negociações sociais e na organização das ações. Para Wals, os estudantes devem ser reconhecidos como atores valiosos na sociedade atual e no futuro, com a capacidade de afetar as mudanças.

No Brasil, Batalha et al. (2000) realizaram a primeira pesquisa de maior porte nessa área que teve início em 1998. Essa pesquisa identificou as características mais relevantes do perfil do profissional demandado pelo agronegócio brasileiro, ao mesmo tempo em que analisou o perfil do profissional ofertado pelas instituições de ensino superior brasileiras nessa área de conhecimento. Naquela época, a pesquisa identificou que, assim como nos Estados Unidos e na Austrália, também no Brasil, as habilidades interpessoais e as de comunicação destacavam-se como sendo muito importantes para os empregadores. Após essas habilidades e conhecimentos, os empregadores do Agronegócio nacional listaram, em ordem de importância para a empregabilidade, os seguintes tópicos:

economia e gestão; tecnologias de produção; métodos quantitativos computacionais; sistemas de informação e experiência profissional.

Pelo lado da estrutura de formação de profissionais, o estudo de Batalha et al. (2000) fez um levantamento dos cursos de graduação e pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado) existentes no Brasil e que se relacionavam às áreas do Agronegócio. A amostra de cursos foi selecionada levando em consideração que o ambiente que envolve o segmento agroindustrial é bastante complexo e dinâmico, o que exige a formação de profissionais capazes de atuar sistemicamente nos três grandes macrosegmentos que formam as cadeias de produção agroindustriais (insumos, agropecuária, industrialização e comercialização). Já no ano de 2000, a pesquisa observava o surgimento, em todo o Brasil, de cursos de formação e treinamentos voltados para o Agronegócio.

Com objetivo de atualizar e ampliar a pesquisa desenvolvida em 2000, Batalha et al. (2005) desenvolveram nova pesquisa sobre o tema. Nela, além dos questionários enviados via correio para os cursos de Agronegócio, também foram feitas entrevistas com coordenadores de cursos específicos em Agronegócio para um melhor entendimento do novo cenário de ensino neste setor.

Esse novo estudo confirmou a tendência de crescimento dos cursos de graduação na área de Agronegócios no Brasil, já detectada no ano de 2000. Os cursos investigados apresentavam, de forma mais ou menos explícita nas suas grades curriculares, uma abordagem sistêmica do Agronegócio que se refletia na utilização de conhecimentos das áreas de economia e gestão como ferramentas de análise e intervenção. Assim, foi possível verificar por meio dos dados levantados um espantoso crescimento de novos cursos, que se relacionam às mais diversas áreas do Agronegócio e que adotam várias nomenclaturas, tais como Gestão de Agronegócios, Administração em Agronegócios, Engenharia de Horticultura, Bacharelado em Agronegócio, Gestão de Empresas Rurais, entre outros, que estão cadastrados na base de dados do Inep.

Aspectos do ensino de graduação em Agronegócios, além de já estarem detalhados (BATALHA et al., 2005), escapam ao escopo deste artigo: a pós-graduação em Agronegócios no Brasil.

### A pós-graduação em Agronegócio no Brasil: algumas questões centrais

A pós-graduação no Brasil pode ser dividida em cursos *lato sensu* (especialização) e *stricto sensu* (mestrado e doutorado). Os cursos de especialização não estão sujeitos aos mesmos mecanismos de controle e avaliação que a Capes aplica aos cursos *stricto sensu*. Aparentemente, a Capes considera que o próprio mercado se encarregará de eliminar os cursos de especialização de pior qualidade ao longo do tempo.

Sabe-se que os cursos de especialização em Agronegócios são numerosos no Brasil, embora o número exato de cursos em atividade não esteja disponível em nenhuma base de dados. Em praticamente todos os Estados da Federação existem instituições que oferecem esse tipo de curso. O público-alvo desses cursos compõe-se, principalmente, de profissionais oriundos da área de Ciências Agrárias (veterinários, zootecnistas, agrônomos, engenheiros agrícolas, de alimentos, florestais, etc.), que buscam nos cursos de especialização em Agronegócio, conhecimentos de Economia e Gestão, normalmente, não abordados com profundidade nos seus cursos de origem. Os alunos desses cursos dividem-se em dois grupos. Um deles é formado a partir de profissionais que já estão colocados no mercado de trabalho e que procuram se atualizar para subir na hierarquia das empresas. O outro grupo é composto principalmente por recém-formados que vêem nesses cursos uma possibilidade de diferenciação na sua formação, o que aumentaria as suas oportunidades de colocação no mercado de trabalho.

Utilizando portais de busca da internet e, como critério de busca, combinações de palavras-chave como agronegócio, *agribusiness*, especialização, *lato sensu* e sistemas agroindustriais, entre outras, verificou-se a existência de 124 cursos de especialização presenciais e 54 cursos de especialização a distância.

Ainda em relação à pós-graduação *lato sensu*, conforme Begnis, Estivalet e Silva (2005), existem cerca de 50 instituições de ensino oferecendo cursos de especialização ou MBAs (Master Business Administration) em Agronegócios no Brasil. No entanto, segundo esses mesmos autores, apenas pouco mais de um terço dessas instituições possuem grupos de pesquisa cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com algum vínculo em áreas correlatas ao Agronegócio. Essa condição pode, segundo os autores, interferir negativamente na qualidade dos cursos ofertados pelas instituições, as quais podem não ter um *background* em pesquisa e geração de conhecimento no campo de Agronegócio capaz de dar suporte aos cursos oferecidos.

Existem atualmente seis Programas de Pós-graduação em Agronegócios registrados no banco de dados da Capes, classificados na área Multidisciplinar dessa Instituição (ver *Quadro 1*).

Quadro 1. Cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Agronegócio e áreas correlatas classificados na área Multidisciplinar da Capes

Curso	Linhas de pesquisa	Instituição	Nível	Distribuição das disciplinas por área de conhecimento
Agronegócios	1) Agricultura Familiar e Agronegócio. 2) Agronegócio e Desenvolvimento Regional. 3) Agronegócio e Meio-ambiente. Análise de custos e rentabilidade no Agronegócio.	UFG – Universidade Federal de Goiás	Mestrado	68,18% CSA 18,18% CH 9,09% CE 4,55% ENG
Agronegócios	1) Gestão, Coordenação e Competitividade dos Sistemas Agroindustriais – Gestão e Inovação Tecnológica no Agronegócio, Estudos e Diagnósticos de Complexos Agroindustriais e Competitividade de Organizações Agroindustriais. 2) Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio: Desenvolvimento Regional e Impactos socioambientais do Agronegócio, Políticas Públicas Agroindustriais e Produção Familiar e Agronegócio.	UFMS – Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	Mestrado	65,39% CSA 23,07% CH 7,69 % ENG 3,85 % CE
Agronegócios	1) Agricultura Familiar e Agronegócio. 2) Competitividade e Sustentabilidade do Agronegócio.	UnB – Universidade de Brasília	Mestrado	52,94% CSA 41,18% CH 2,94% CE 2,94 % ENG
Agronegócios	1) Análise de Cadeias Produtivas Agroindustriais. 2) Gestão em Organizações de Agronegócios.	UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Mestrado, Doutorado e Mestrado Profissionalizante	70,37% CSA 25,93% CH 3,70% CE
Desenvolvimento Rural	1) Estado, Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural. 2) Mediações Político-culturais, Estruturas Produtivas e Formas Sociais do Mundo Rural. 3) Dinâmicas Socioambientais no espaço rural.	UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Mestrado e Doutorado	M – 63,64% CH 31,82% CSA 4,54% CE D – 61,90% CH 33,34% CSA 4,76% CE
Produção e Gestão Agroindustrial	1) Ecofisiologia e Produção Vegetal. 2) Formação, Renovação e Manejo de Pastagens. 3) Fisiotecnologia da Produção Animal; 4) Sanidade Animal. 5) Planejamento, <i>Marketing</i> e Controle de Empresas Agroindustriais. 6) Projetos isolados.	Uniderp – Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal	Mestrado Profissionalizante	60,87% CAG 26,09% CSA 8,69% CH 4,35% CE

Fonte: Capes (2006).

Nota: CSA – Ciências Sociais Aplicadas, CH – Ciências Humanas, CE – Ciências Exatas, ENG – Engenharias e CA – Ciências Agrárias.

Com relação a esses cursos, observa-se que, com exceção do Programa em Desenvolvimento Rural da UFRGS que possui conceito 4, os demais programas apresentam conceito de avaliação 3 pela Capes. Vale destacar que na sua grande maioria estes são cursos novos. Os programas da UnB, UFMS e UFG, por exemplo, foram oferecidos a partir de 2003.

A análise das grades curriculares destes programas revela que as disciplinas dos seus cursos estão divididas entre as seguintes grandes áreas do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas (CSA), Ciências Humanas (CH), Ciências Exatas (CE), Engenharias (ENG) e Ciências Agrárias (CA). O *Quadro 1* mostra que as disciplinas da grande maioria dos cursos analisados estão dentro da área das Ciências Sociais Aplicadas, o que pode comprovar que, apesar de multidisciplinar, os cursos apresentam forte viés para as áreas de Administração e Economia.

Na verdade, esses cursos, na forma atual, tendem a negligenciar os aspectos de tecnologia de produto e processo nas suas grades curriculares. Pesquisa realizada por Batalha et al. (2005) mostra que o profissional que a sociedade deseja deve aliar conhecimentos de administração e economia com conhecimentos tecnológicos de produto e processo. Cursos com esse perfil tenderiam a suprir uma lacuna importante no sistema nacional de pós-graduação.

Além disso, é útil destacar que o corpo docente dos Programas de Pós-graduação em Agronegócios no Brasil é formado, fundamentalmente, de pessoal qualificado na própria instituição responsável pelo programa. Esses cursos apresentam uma forte característica de inserção regional. Isso pode ser visto, por exemplo, no caso do Programa da UnB. A exemplo dos demais cursos, a maioria das suas disciplinas encontra-se nas áreas das Ciências Sociais Aplicadas e das Ciências Humanas, demonstrando, no entanto, uma preocupação maior com as políticas públicas, peculiaridade da região onde o curso está instalado.

Além dos cursos mencionados, todos enquadrados na área Multidisciplinar da Capes, foram ainda identificados outros cursos em áreas correlatas ao Agronegócio. Esses outros cursos estão distribuídos entre as áreas de Ciências Agrárias, Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas (ver *Quadro 2*).

**Quadro 2.** Cursos de pós-graduação *stricto sensu* em áreas correlatas ao Agronegócio não classificados na área Multidisciplinar da Capes

Grande área	Área de concentração	Linhas de pesquisa	Instituição	Nível
Ciências Agrárias	Agroecologia e Desenvolvimento Rural	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) Sistemas de Produção Agroecológicos.</li> <li>2) Multifuncionalidade da Agricultura e Desenvolvimento Rural.</li> <li>3) Indicadores de Sustentabilidade em Agroecossistemas.</li> <li>4) Controle Biológico.</li> <li>5) Diversidade de Microorganismos Endofíticos e sua Aplicabilidade em Agroecossistemas.</li> </ol>	UFSCar – Universidade Federal de São Carlos – SP	Mestrado
Ciências Humanas	Educação Agrícola	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) Formação Docente e Políticas para a Educação Agrícola.</li> <li>2) Metodologia do Ensino e da Pesquisa para a Educação Agrícola.</li> </ol>	UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – RJ	Mestrado
Ciências Sociais Aplicadas	Administração e Desenvolvimento Rural	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) Gestão, Mercados e Agronegócio.</li> <li>2) Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural Sustentável.</li> </ol>	UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco – PE	Mestrado
Ciências Sociais Aplicadas	Agronegócios e Desenvolvimento Regional	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) Gestão Agroindustrial e Competitividade das Organizações Agroindustriais.</li> <li>2) Desenvolvimento Regional e Impactos Socioambientais do Agronegócio.</li> </ol>	UFMT – Universidade Federal do Mato Grosso – MT	Mestrado
Ciências Sociais Aplicadas	Economia Rural	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) Economia Aplicada ao Agronegócio.</li> <li>2) Economia de Recursos Naturais e Política Ambiental.</li> <li>3) Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural Sustentável.</li> </ol>	UFC – Universidade Federal do Ceará – CE	Mestrado
Ciências Sociais Aplicadas	Desenvolvimento Regional e Agronegócio	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) Economia Regional.</li> <li>2) Cadeias Produtivas.</li> <li>3) Sociedade e Desenvolvimento Regional.</li> </ol>	Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – PR	Mestrado

Fonte: Capes (2006).

Os cursos afetos à problemática do Agronegócio estão alocados a diferentes Comitês de Avaliação da Capes. Os critérios utilizados pela Capes – e pelos próprios programas – no momento de alocar os seus cursos entre as áreas não parece claro. A discussão desses critérios exigiria uma reflexão maior entre todos os envolvidos com o assunto. Cursos com nomes e estruturas similares encontram-se em subáreas diferentes. Com a provável expansão da área de pós-graduação *stricto sensu* em Agronegócios, é importante que os critérios de aprovação e julgamento desses cursos estejam mais claros e melhor definidos.

Vários dos coordenadores desses cursos não estão satisfeitos com o fato de eles estarem sendo alocados no comitê multidisciplinar. Além disso, programas de mestrado de Agronegócio propostos em outras áreas (por exemplo, agrárias ou economia) têm sido rejeitados.

O conceito de interdisciplinaridade adotado pelo Comitê Multidisciplinar da Capes (2003, p. 4) diz que “...um programa interdisciplinar deve se caracterizar por uma proposta integradora com áreas de concentração e objetivos focalizados. O corpo docente deve ter uma formação disciplinar diversificada mas coerente com as áreas de concentração, linhas ou projetos de pesquisas integradores”. Assim, não fica claro porque alguns dos cursos identificados estão classificados dentro das áreas de Ciências Sociais Aplicadas e não dentro da área Multidisciplinar, por exemplo.

Finalmente, é importante observar que, em muitos casos, a infraestrutura das universidades não suporta um Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em uma área específica, na maioria das vezes em virtude da falta de docentes com qualificações específicas em número suficiente, o que leva a opção por um curso multidisciplinar, que envolve professores de várias áreas. Essa é uma questão comum em várias das universidades brasileiras e que provavelmente tendem a se ampliar, pois a abertura de cursos em áreas específicas depende não apenas da qualificação dos docentes, mas também da infra-estrutura em termo de biblioteca, equipamentos, entre outros. Além disso, outro elemento que interfere na abertura dos programas são as publicações dos docentes. Sob esse ponto, é válido observar que a falta de financiamento em pesquisas é uma problemática freqüente das instituições, principalmente das jovens, com corpo docente em qualificação.

#### 4 Considerações finais

Existe consenso entre os autores da área que, em virtude da complexidade e da característica sistêmica do Agronegócio, pesquisadores e professores que desejem atuar nessa área precisam ter formação multidisciplinar, aliar uma formação tecnológica em produtos e processos com conhecimentos em economia e gestão. Essa característica intrínseca do Agronegócio está relacionada à principal característica da interdisciplinaridade, que trata da convergência de duas ou mais áreas do conhecimento, não pertencentes à mesma classe, que contribua para o avanço das fronteiras da ciência ou tecnologia por meio da transferência e métodos de uma área para outra, gerando novos conhecimentos ou novas disciplinas, podendo fazer surgir um novo profissional com um perfil distinto dos já existentes e com uma formação de base sólida e integradora ao mesmo tempo.

Esse é o desafio dos cursos em Agronegócio. Congregar áreas de conhecimento distintas, mas que possam promover de forma integrada

o desenvolvimento do Agronegócio em seus mais diversos aspectos. Entretanto, esse trabalho interdisciplinar ainda é visto como bastante complexo. De acordo com pesquisa desenvolvida por Leite, Baggett e Radhakrishna (2004), o trabalho inderdisciplinar depende do relacionamento entre professores e da natureza das áreas. Além disso, segundo professores entrevistados pelos autores, o trabalho interdisciplinar implica a exposição das deficiências dos grupos, o que não é fácil e exige um grande esforço de confiança entre os membros.

Acredita-se que nesse ponto ainda há um grande caminho a ser trilhado, por exemplo, entre os próprios grupos de pesquisa. Em uma consulta ao banco de dados dos grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, observou-se que existem aproximadamente 110 grupos voltados direta ou indiretamente à pesquisa em Agronegócios, sendo que se pôde verificar que as áreas predominantes desses grupos encontram-se na Economia, Administração, Agronomia e nas Engenharias de Produção e Agrícola. Uma interação maior entre esses grupos pode trazer diversos benefícios para a pesquisa brasileira na área de Agronegócios, que, se comparada a outros países, precisa avançar consideravelmente na produção de conhecimento científico de qualidade e na elaboração de literatura de ponta específica às particularidades do Agronegócio brasileiro.

Este é um assunto relevante uma vez que se observa uma procura crescente pelos cursos de pós-graduação *stricto sensu* em áreas do Agronegócio, sendo que a falta de profissionais com visão e formação multidisciplinar foi apontada na pesquisa desenvolvida por Batalha et al. (2005) como uma das grandes problemáticas dos cursos de graduação.

O Brasil somente passará a ter profissionais competitivos para atuarem junto ao sistema agroindustrial a partir do momento em que a formação de professores e pesquisadores priorizar o perfil multidisciplinar e sistêmico presente na lógica da organização das cadeias produtivas. É um problema em cadeia, que precisa urgentemente ser estudado, pois a cada ano novos cursos de pós-graduação e, principalmente de graduação, são criados, e são eles que definirão o perfil de profissionais que irão estabelecer o padrão de competitividade do Agronegócio brasileiro.

Recebido em 18/12/2006

Aprovado em 20/3/2007

## Referências

BATALHA, M.O. et al. *Recursos humanos para o agronegócio brasileiro*. Brasília: CNPq, 2000.

\_\_\_\_\_. *Recursos humanos e agronegócio: a evolução do perfil profissional*. Jaboticabal: Editora Novos Talentos, 2005.



BEGNIS, H. S. M.; ESTIVALETE, V. de F. B.; SILVA, T. N.da. Ensino, pesquisa e capital humano na qualificação de profissionais do agronegócio no Brasil. Anais do XXIX Enanpad – Anpad. set. 2005. Brasília.

BRANDÃO, H. P.; GUIMARÃES, T. A. gestão de competências e gestão de desempenho: tecnologias distintas ou instrumentos de um mesmo construto? *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 41, n.1, jan./mar., p. 8-15, 2001

BOLAND, M.; LEHMAN, E., STROADE, J. A comparison of curriculum in baccalaureate degree programs in agribusiness management. *International Food and Agribusiness Management Review*, v. 4, p. 225-235, 2001.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL EM NÍVEL SUPERIOR (Capes). Ministério da Educação. *Comitê multidisciplinar: Avaliação e Perspectivas*. Brasília, 2003.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (Capes). Ministério da Educação. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/capes/portal/conteudo/10/ProgramasReconhecidos.htm>>. Acesso em: 8 maio 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Ministério da Educação. *Relatórios liberados das avaliações dos cursos de graduação*. Ano 2006. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 5 jun. 2006.

LARSON, R. Agricultural business management curricula. *Journal of agribusiness*, Fall, p. 143-155, 1996

LEITE, F.C.T.; BAGGETT, C.D.; RADHAKRISHNA, R.B. Educational reform as innovation: a qualitative study on the perceptions of Brazilian agricultural school teachers. *The Journal of Agricultural Education and Extension*, v. 10, n.4, 2004. p. 171-180.

LITZENBERG, K.K.; SCHNEIDER, V. E. Educational priorities for tomorrow's agribusiness leaders. *Agribusiness: an International Journal*, v. 4, n. 2, mar., 1988.

LOH, D.K. The prospect of developing a new paradigm of MBA for agribusiness. INTERNATIONAL CONFERENCE ON AGRICULTURE SCIENCE AND TECHNOLOGY, 2001.

MAN, T. M. Y.; LAU, T.; CHAN, K. F. The competitiveness of small and medium enterprises: a conceptualization with focus on entrepreneurial competences. *Journal of Business Venturing*, v.17,. p. 123-124, 2002.

MCGREGOR, J.; TWEED, D.; PECH, R. Human capital in the new economy: devil's bargain? *Journal of Intellectual Capital*. v. 5, n. 1, 2004.

ODERICH, C. L.; LOPES, F. D. Novas competências e gerência internacional – uma análise a partir da perspectiva institucional. *Revista Eletrônica de Administração*, Porto Alegre, v. 7, ed. 19, n. 1, 2001. Disponível em: < <http://www.read.adm.ufrgs.br>>.

PRADO, M. O. O agribusiness em um mundo globalizado. In: PINAZZA, L. A. et al. *Reestruturação no agribusiness brasileiro: agronegócios no terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Abag e IBRE-FGV, 1999, p. 137-150.

RUAS, R. L. A problemática do desenvolvimento de competências e a contribuição da aprendizagem organizacional. SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA COMPETITIVIDADE BASSEADA NO CONHECIMENTO, agosto 1999. São Paulo.

SINGH, Surendra et al. Restructuring agribusiness curricula: an examination of two approaches. AGRIBUSINESS FORUM, WORLD FOOD AND AGRIBUSINESS CONGRESS, June 24-28, 2000, Illinois.

WEDEKIN, I.; CASTRO, P. R. Políticas para expansão do agribusiness no Brasil até 2010. Anais do I Congresso Brasileiro de Agribusiness. Associação Brasileira de Agribusiness – Abag., junho, 2002, São Paulo.

WHETTEN, D. A.; CAMERON, K. S. *Developing management skills*. NJ: Prentice-Hall, Englewood Cliffs, 2002.

WILLET, A. *Agricultural Education Review – Support for Agricultural Education in the Bank and by other Donors*. Agricultural Knowledge Information Systems (AKIS). Thematic Team, The World Bank's Rural Development Network, Draft, 1998.

ZINSER, R. Developing career and employability skills: a US case study. *Education + Training*. v. 45, n. 7, p. 402-410, 2003.

WALS, A. *Curriculum innovations in higher agricultural education*. The Hague: Elsevier Overheid, 2005.